



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

**EDITAL**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**, Estado de Sergipe, CNPJ: **13.120.225/0001-23**, por meio do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 01/2024, de 03 de janeiro de 2024, realizará licitação para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1.0. DO OBJETO**

1.1. Sistema de Registro de Preço para contratação de empresa com especialidade em prestação de serviços de **artefatos de aço e ferro** para atender as necessidades do **Município de Canindé de São Francisco/SE**, conforme especificações do ANEXO I - Termo de Referência, do Edital.

**1.2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME**

1.2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro, com a utilização de sua chave de acesso e senha no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

1.2.1.1. **Abertura das Propostas Comerciais e da Sessão do Pregão eletrônico: 16/07/2024** (dezesesseis de julho de dois mil e vinte e quatro) às **14h:00h** (quatorze horas e zero minutos) – Horário de Brasília

**1.3. Do Provedor do Sistema Eletrônico Utilizado:**

1.3.1. O Provedor do Sistema Eletrônico para este Pregão será o **Licitanet Licitações On-Line**, através do site <https://licitanet.com.br/>, onde poderão ser acessados este Edital e seus anexos.

1.3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário informada pelo Pregoeiro.

**1.4. Formalização de Consultas e Informações:**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

1.4.1. Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas por e-mail, informando o número da licitação.

**1.5. Para maiores esclarecimentos deste Edital, informa-se:**

1.5.1. Endereço do Departamento de licitação: Praça Ananias Fernandes dos Santos, s/nº, Centro, Canindé de São Francisco/SE.

1.5.2. Horário de atendimento ao público: 08h:00min às 12h:00min, de segunda-feira a sexta-feira.

1.5.3. Referência de tempo: horário de Brasília/DF

1.5.4. Sites: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.caninde.se.gov.br](http://www.caninde.se.gov.br)

1.5.5. Endereço Eletrônico: [licitacao@caninde.se.gov.br](mailto:licitacao@caninde.se.gov.br).

## **2.0. GERENCIADOR**

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR SERÁ A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE** – CNPJ: 13.120.225/0001-23.

**2.2. PARTICIPANTES DO PROCESSO:**

2.2.1. **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE** – CNPJ: 10.441.233/0001-83;

2.2.2. **SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE** – CNPJ: 14.894.574/0001-65;

2.2.3. **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE** – CNPJ: 30.815.352/0001-66.

## **3.0. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital:

3.1.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante **que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP ou não apresentar declaração, ou certidão da junta comercial** não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**3.6. Não poderão disputar esta licitação:**

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **a proposta com o preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, **no prazo de 02 (duas) horas**.

4.3. **Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo (s) licitante (s) vencedor (es) no prazo de 02 (duas) horas.**

4.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

4.4.1. **Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos**, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. **Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. **Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.5. **Cumprir as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

4.5. **O licitante organizado em cooperativa deverá declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. **O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:**

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca e modelo;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado **pelo valor unitário do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 10,00 (dez reais)**.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.7. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.8. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.18.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:**

6.18.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

6.18.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.18.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:**

6.18.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual da licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.6.2. Empresas brasileiras;

6.18.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, O Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

## **7.0. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, O Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 3.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

### **7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.6.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:**

7.6.6.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.6.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.9. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, quando exigido, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8.0. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os **documentos previstos no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

8.2. As licitantes que participarem em forma de consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de um percentual 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

8.4. Será verificado se o **licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.8. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

8.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9.0. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com a vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://caninde.se.gov.br>; e <https://licitanet.com.br>.

#### **10.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. Fraudar a licitação

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **11.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes** da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://licitanet.com.br>.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **12.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico <https://caninde.se.gov.br>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

12.11.2. **ANEXO II – Modelo de Proposta;**

12.11.3. **ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.**

Canindé de São Francisco/SE, 26 de junho de 2024.

**WELDO MARIANO DE SOUZA**  
**Prefeito Municipal**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE**

**1.0. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Termo de Referência que tem como objeto o Registro de Preços, objetivando a contratação de empresa com especialidade em prestação de serviços de **artefatos de aço e ferro** para atender as necessidades do **Município de Canindé de São Francisco/SE**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições contidas neste documento.

1.2. Os itens serão para ampla concorrência, tendo em vista o complexo serviço do objeto, não será observado o que prevê os artigos 47 e 48 da Lei 123/2006; decisão essa respaldada no art. 49, III do mesmo diploma legal.

ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	U/M	QTD TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	16353 - PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "AREA ESCOLAR A-33A"	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "AREA ESCOLAR A-33A" - EM AÇO GALVANIZADO 18", COR: 4X1 (FRENTE COLORIDA E VERSO PRETO). ACABAMENTO: ADESIVO REFLETIVO COM RECORTE COMPUTADORIZADO NA FRENTE E VERSO COM ADESIVO PRETO FOSCO. MEDIDAS (CXLXA): 50X0,080X50 CM. (CONFORME O MANUAL DE SINALIZAÇÃO DO DENATRAN).	UND	10		
2	16343 - PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "ESCOLA EMBARQUE E DESEMBARQUE"	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "ESCOLA EMBARQUE E DESEMBARQUE" EM AÇO GALVANIZADO 18" - COR: 4X1 (FRENTE COLORIDA E VERSO PRETO). ACABAMENTO: ADESIVO REFLETIVO COM RECORTE COMPUTADORIZADO NA FRENTE E VERSO COM ADESIVO PRETO FOSCO. MEDIDAS (CXLXA): 50X0,080X50 CM. (CONFORME O MANUAL DE SINALIZAÇÃO DO DENATRAN).	UND	20		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

3	16342 - PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO PARA MOTOS"	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO PARA MOTOS" EM AÇO GALVANIZADO 18" - COR: 4X1 (FRENTE COLORIDA E VERSO PRETO). ACABAMENTO: ADESIVO REFLETIVO COM RECORTE COMPUTADORIZADO NA FRENTE E VERSO COM ADESIVO PRETO FOSCO. MEDIDAS (CXLXA): 50X0,080X50 CM. (CONFORME O MANUAL DE SINALIZAÇÃO DO DENATRAN).	UND	20		
4	16346 - PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO PARA TAXI"	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO PARA TAXI" - EM AÇO GALVANIZADO 18", COR: 4X1 (FRENTE COLORIDA E VERSO PRETO). ACABAMENTO: ADESIVO REFLETIVO COM RECORTE COMPUTADORIZADO NA FRENTE E VERSO COM ADESIVO PRETO FOSCO. MEDIDAS (CXLXA): 50X0,080X50 CM. (CONFORME O MANUAL DE SINALIZAÇÃO DO DENATRAN).	UND	20		
5	16356 - PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "PARADA OBRIGATORIA R-1"	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "PARADA OBRIGATORIA R-1" - EM AÇO GALVANIZADO 18", COR: 4X1 (FRENTE COLORIDA E VERSO PRETO). MEDIDAS (CXLXA): 50X0,080X50 CM. ACABAMENTO: ADESIVO REFLETIVO COM RECORTE COMPUTADORIZADO NA FRENTE E VERSO COM ADESIVO PRETO FOSCO. (CONFORME O MANUAL DE SINALIZAÇÃO DO DENATRAN).	UND	10		
6	16324 - PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "PROIBIDO PARAR E ESTACIONAR R-6C"	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO "PROIBIDO PARAR E ESTACIONAR R-6C" - EM AÇO GALVANIZADO 18", FÓRMATO CIRCULAR, COR: 4X1 (FRENTE COLORIDA E VERSO PRETO). ACABAMENTO: ADESIVO REFLETIVO COM RECORTE COMPUTADORIZADO NA FRENTE E VERSO COM ADESIVO PRETO FOSCO.	UND	50		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

		MEDIDAS (CXLXA): 50X0,080X50 CM. (CONFORME O MANUAL DE SINALIZAÇÃO DO DENATRAN).				
7	16358 - POSTE DE SINALIZAÇÃO	POSTE DE SINALIZAÇÃO - TUBO DE AÇO CATEGORIA SAE 1010 X 1020, GALVANIZADO A FOGO, COM COMPRIMENTO DE 3,60M, ESPESSURA DE 3,35 MM, E DIÂMETRO DE 2 ½"	UND	50		
8	16016 - PRESTAÇÃO DE Serviço de fabricação de cavaletes de ferro 3.00 x 1.00	PRESTAÇÃO DE Serviço de fabricação de cavaletes de ferro em tubos galvanizado de 2", tubos galvanizado de 1", chapa de aço 14, logotipo da prefeitura e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho 3.00x1.00	UND	36		
9	16017 - PRESTAÇÃO DE Serviço de reforma em geral de lixeiras tipo container	PRESTAÇÃO DE Serviço de reforma em geral de lixeiras tipo container com a troca de chapa de aço 14, troca de perfil U de 3", troca do logotipo da prefeitura em adesivos e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho 1,5x1,1m	UND	30		
10	16299 - SERVIÇO CONFECCÃO DE MESAS PARA FEIRA LIVRE	SERVIÇO CONFECCÃO DE MESAS PARA FEIRA LIVRE CONFECCIONADA EM METANOL GALVANIZADO 50X30, TUBO PATENTE DE 1", TUBO PATENTE DE 3/4, TUBO PATENTE DE 1/2, REBITE POP 1/4, COM LONA PLÁSTICA E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO	UND	40		
11	15578 - SERVIÇO DE CONFECCÃO DE GRADE DE FERRO MÓVEL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE GRADE DE FERRO MÓVEL - medindo 0,90m de largura por 1m de altura.	UND	10		
12	15576 - SERVIÇO DE CONFECCÃO DE TRAVES P/ QUADRA DE FUTSAL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE TRAVES P/ QUADRA DE FUTSAL - em tubo galvanizado tamanho: 2 x 2 m	UND	14		
13	15577 - SERVIÇO DE CONFECCÃO DE TRAVES PARA CAMPO DE FUTEBOL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE TRAVES PARA CAMPO DE FUTEBOL - em tubo galvanizado de 3 ", tubo galvanizado de 1", arame 5.0 e pintura esmalte sintético. Tamanho: 7,5 x 2,2 m	UND	8		
14	15579 - SERVIÇO DE CONFECCÃO GRADE DE FERRO MÓVEL	SERVIÇO DE CONFECCÃO GRADE DE FERRO MÓVEL - medindo 1,47m de largura por 1,5m de altura.	UND	10		
15	16116 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE CARRINHO DE MÃO EM FERRO 1,60 X 0,40 X 0,40	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE CARRINHO DE MÃO EM FERRO 1,60 X 0,40 X 0,40 - COM DOIS PNEUS EM TUBO GALVANIZADO D E 1", CANTONEIRA DE 1", BARRA CHATA DE 1", PINTURA EM	UND	30		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

		ESMALTE SINTÉTICO EM GERAL				
16	3908 - Serviço de fabricação de conjunto infantil mesa com cadeira para alunos tamanho 6 de 1,59 x 1,88 em metalon galvanizado	Serviço de fabricação de conjunto infantil mesa com cadeira para alunos tamanho 6 de 1,59 x 1,88 em metalon galvanizado 20 x 20, compensado envernizado de 10mm e 15mm, rebite pop de 1/4 e 7/32, ponteiros plásticos e pintura em esmalte sintético na cor azul del rey	UND	6		
17	15751 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA (TOLDO)	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA (TOLDO) - em tubo galvanizado de 1" 1/4, tubo galvanizado de 1", tubo galvanizado de 3/4, parafusos de 1/4, lona plástica e pintura em esmalte sintético em geral, tamanho: 4.00 x 3.00	UND	1		
18	15587 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS (TOLDO)	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS (TOLDO) - tubo galvanizado de 1" 1/2, tubo galvanizado de 1 1/4, tubo galvanizado de 1", tubo galvanizado de 3/4 lona plástica, parafuso 5/16 e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho 5.00 x 5.00.	UND	12		
19	15590 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADE DE PROTEÇÃO	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADE DE PROTEÇÃO - em cantoneira 3/4, barra quadrada 3/8, barra chata 3/4 e pintura em esmalte sintético. Tamanho: 1.00 x 1.20.	UND	75		
20	15580 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO (PEGA LADRÃO)	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO (PEGA LADRÃO) - em cantoneira 3/4, barra chata 3/4 barra quadrada 3/8, tarugo de 5/8 e pintura. tam. 2,20 x 2,10	UND	31		
21	15591 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA - em cantoneira 3/4, barra quadrada 3/8, barra chata, ferrolhos e pintura em esmalte sintético em geral, tamanho 1,40 x 1,80 m.	UND	29		
22	15592 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA EM CANTONEIRA	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA EM CANTONEIRA - 3/4, barra quadrada 3/8, barra chata e ferrolhos e pintura em esmalte sintético em geral, tamanho 1,90 x 1,30 m.	UND	15		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

23	16086 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA EM CANTONEIRA - 3/4, barra quadrada 3/8, barra chata e pintura	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA EM CANTONEIRA - 3/4, barra quadrada 3/8, barra chata e pintura em esmalte sintético em geral, tamanho 1,80 x 1,50 m	SV	12		
24	16085 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA EM CANTONEIRA - 3/4, barra quadrada 3/8, barra chata e pintura e	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELA EM CANTONEIRA - 3/4, barra quadrada 3/8, barra chata e pintura em esmalte sintético em geral, tamanho 1,80 x 1,85 m	SV	17		
25	15595 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA PORTAS	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA PORTAS - em cantoneira 3/4, barra quadrada 3/8 barra chata, ferrolhos e pintura em esmalte sintético em geral, tamanho 2.30 x 1,20m.	UND	39		
26	15949 - Serviço de fabricação de grades fluviais de ferro em cantoneira	Serviço de fabricação de grades fluviais de ferro em cantoneira L 2" 1/2 , tarugos de 1" e pintura em esmalte sintético em geral, Tamanho: 1,00 x 1,00	UND	30		
27	15566 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE LIXEIRAS	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE LIXEIRAS - túnel de ferro em tubo galvanizado de 1"1/2, adesivos marca prefeitura e pintura em esmalte sintético. Tamanho: 1 m	UND	42		
28	23022 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACA DE ORIENTAÇÃO	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACA DE ORIENTAÇÃO /SINALIZAÇÃO EM BRAILLE 20 CM X 10 CM	SV	10		
29	23021 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACA DE ORIENTAÇÃO/SINALIZAÇÃO EM BRAILLE	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACA DE ORIENTAÇÃO/SINALIZAÇÃO EM BRAILLE NO TAMANHO 15 CM X 7,5 CM.	SV	15		
30	15914 - Serviço de fabricação de placa identificação, confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 30 x 30cm e pintura	Serviço de fabricação de placa identificação, confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 30 x 30cm e pintura em esmalte sintético em geral.	SV	10		
31	15913 - Serviço de fabricação de placa identificação, confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 50 x 60cm e pintura	Serviço de fabricação de placa identificação, confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 50 x 60cm e pintura em esmalte sintético em geral.	SV	10		
32	15909 - Serviço de fabricação de placa indicativa de acesso (duplas), confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 60 x	Serviço de fabricação de placa indicativa de acesso (duplas), confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 60 x 20cm e pintura em esmalte sintético em geral.	SV	10		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

33	15910 - Serviço de fabricação de placa indicativa de trilha (simples), confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 60	Serviço de fabricação de placa indicativa de trilha (simples), confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 60 x 20cm e pintura em esmalte sintético em geral.	SV	5		
34	15912 - Serviço de fabricação de placa interpretativa, confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 1,00 x 1,50cm e pin	Serviço de fabricação de placa interpretativa, confeccionadas em chapa galvanizada, com dimensões de 1,00 x 1,50cm e pintura em esmalte sintético em geral.	SV	5		
35	15593 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACAS (OUTDOOR) DE DIVULGAÇÃO	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACAS (OUTDOOR) DE DIVULGAÇÃO - em metalon galvanizado 50x30, chapa de aço zinco, rebite pop de 7/32, tubo galvanizado de 3" e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho: 9.00 x 3.00.	UND	7		
36	15594 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO - em chapa de aço 14, tubo galvanizado de 1" ½, barra quadrada de ½, e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho: 0.80 x 2.00.	UND	35		
37	15906 - Serviço de fabricação de placas de sinalização em chapa de aço 14 tubo galvanizado de 1"1/2, barra quadrada 3/8 e pintu	Serviço de fabricação de placas de sinalização em chapa de aço 14, tubo galvanizado de 1"1/2, barra quadrada 3/8 e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho 1,00 x 1,00	SV	5		
38	15905 - Serviço de fabricação de placas de sinalização em chapa de aço 14, tubo galvanizado de 1"1/2 barra quadrada 3/8 e pintu	Serviço de fabricação de placas de sinalização em chapa de aço 14, tubo galvanizado de 1"1/2, barra quadrada 3/8 e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho 2,00 x 1,00	SV	5		
39	15902 - Serviço de fabricação de placas de sinalização em chapa de aço 14, tubo galvanizado de 1"1/2, barra quadrada 3/8 e pintu	Serviço de fabricação de placas de sinalização em chapa de aço 14, tubo galvanizado de 1"1/2, barra quadrada 3/8 e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho 3,00 x 1,50	SV	5		
40	15567 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PORTÃO DE DUAS BANDAS	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PORTÃO DE DUAS BANDAS - com um de pedestre incluso em uma das bandas em cantoneira U de 3", metalon galvanizado 50x50, chapa lambril arredondada, tarugos ¾, ferrolhos e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho: 9.66 x 2.20	UND	1		
41	15596 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PORTAS	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE PORTAS - em metalon galvanizado 50 x 30, chapa lambril galvanizada e pintura em geral. Tamanho: 2,10 x 0,80	UND	16		





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

42	15951 - Serviço de fabricação de postes de ferro em tubo galvanizado	Serviço de fabricação de postes de ferro em tubo galvanizado de 3" 1.55, cantoneira L 3/4, barra quadrada 3/8 e pintura em esmalte sintético em geral, Tamanho: 6m	UND	40		
43	15569 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE POSTES DE PROTEÇÃO	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE POSTES DE PROTEÇÃO - de 3" com cabo de aço 5/16, com esticadores e clips, barra quadrada 3/8 e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho: 6m	UND	4		
44	15597 - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO EM GERAL DE LIXEIRAS TIPO CONTÊINER	SERVIÇO DE FABRICAÇÃO EM GERAL DE LIXEIRAS TIPO CONTÊINER - com chapa de aço 14, perfil u de 3", colocação de logotipo da prefeitura em adesivos e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho: 1,5 x 1 x 1 m.	UND	25		
45	15598 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ARMÁRIO	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ARMÁRIO - em aço com duas portas pintura em geral dimensões: 0,40 x 1,8 x 1m.	UND	90		
46	15599 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ARMÁRIO TIPO VITRINE	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ARMÁRIO TIPO VITRINE - dimensões: 0,40 x 1,6 x 0,8 m.	UND	80		
47	15600 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ARQUIVO DE AÇO	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ARQUIVO DE AÇO - 4 gavetas dimensões: 0,5 x 0,8 x 1,2.	UND	38		
48	15603 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE BERÇO PARA RN	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE BERÇO PARA RN - dimensões: 0,70 x 1 m.	UND	5		
49	15604 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE BIOMBO	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE BIOMBO - dimensões: 2 x 1,70 m.	UND	20		
50	15605 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE BIRÔ	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE BIRÔ - dimensões: 1 x 0,70 x 1,50 m.	UND	70		
51	15607 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE CADEIRA	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE CADEIRA - normal/giratória dimensões: 0,90 de altura.	UND	115		
52	15608 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE CARRINHO DE CURATIVO	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE CARRINHO DE CURATIVO - dimensões: 1 x 0,70 x 0,70 m.	UND	10		
53	15609 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ESCADA	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE ESCADA - de 02 graus dimensões: 0,40 m.	UND	25		
54	15612 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE LONGARINA	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE LONGARINA - executiva com 3 lugares.	UND	75		
55	8656 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE LONGARINA EXECUTIVA COM 3 LUGARES	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE LONGARINA EXECUTIVA COM 3 LUGARES	UND	10		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

56	15615 - SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE SUPORTE PARA SORO	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL DE SUPORTE PARA SORO - dimensões: 2,20 altura.	UND	30		
57	15616 - SERVIÇO DE REFORMA DE BANCAS DE FEIRA	SERVIÇO DE REFORMA DE BANCAS DE FEIRA - em metal (pintura, troca de cobertura, reparos). 2 x 1 m.	UND	60		
58	15618 - SERVIÇO DE REFORMA DE CONJUNTO INFATIL	SERVIÇO DE REFORMA DE CONJUNTO INFATIL - mesa com cadeira, tamanho 06 de 1,59x1,88, em metalon galvanizado 20x20, compensado envernizado de 10mm e 15mm, rebite pop de ¼ e 7/32, ponteiros plásticos e pintura em esmalte sintético na cor azul delrey.	UND	150		
59	15617 - SERVIÇO DE REFORMA DE CONJUNTO INFATIL- MESA COM CADEIRA	SERVIÇO DE REFORMA DE CONJUNTO INFATIL- MESA COM CADEIRA - tamanho 04 de 1,33x1,59, em metalon galvanizado 20x20, compensado envernizado de 10mm e 15mm, rebite pop de ¼ e 7/32, ponteiros plásticos e pintura em esmalte sintético na cor azul delrey.	UND	10		
60	15585 - SERVIÇO DE REFORMA DE TRAVES P/ FUTEBOL	SERVIÇO DE REFORMA DE TRAVES P/ FUTEBOL - com troca de tubo galvanizado de 3" troca de galvanizado de 1", troca de arame 5.0 e pintura.	UND	8		
61	15948 - SERVIÇO DE REFORMA EM CAVALETES	Serviço de reforma em cavaletes de ferro com troca de tubo galvanizado de 2" , serviço de solda e pintura em esmalte sintético em geral,  Tamanho: 3m	UND	50		
62	18256 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DAS DUAS TABELAS DE BASQUETE DA ARENA DIAMANTE NEGRO COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO EM GER	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DAS DUAS TABELAS DE BASQUETE DA ARENA DIAMANTE NEGRO COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO EM GERAL.	SV	1		
63	16310 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ARQUIVO DE AÇO - 4 gavetas, dimensões: 0,5x0,8x1,2 m	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ARQUIVO DE AÇO - 4 gavetas, dimensões: 0,5x0,8x1,2 m	SV	40		
64	23026 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE BALANÇO	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE BALANÇO COM SOLDA EM GERAL, TROCA DE TUBO 1' E PINTURA EM ESMALTE EM GERAL.	SV	1		
65	16311 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE BIRÔ - dimensões: 1x0,70x1,50m	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE BIRÔ - dimensões: 1x0,70x1,50m	SV	20		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

66	23027 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE BRINQUEDO COM TRÊS CADEIRINHAS	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE BRINQUEDO COM TRÊS CADEIRINHAS COM TROCA DE PARAFUSO DE $\frac{3}{4}$ E PINTURA EM ESMALTE EM GERAL.	SV	1		
67	23024 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE CARROSSEL	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE CARROSSEL COM A TROCA DO ROLAMENTO CENTRAL E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO EM GERAL.	SV	1		
68	15620 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE CARTEIRAS UNIVERSITÁRIAS ESCOLARES	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE CARTEIRAS UNIVERSITÁRIAS ESCOLARES - com troca de compensado envernizado de 10 mm e 15mm, troca de rebites pop $\frac{1}{4}$ e 7/32, troca de arame 5.0, troca de ponteiras em esmalte sintético.	UND	800		
69	3906 - Serviço de reforma em geral de conjunto de refeitório, com troca de compensado com fórmica de 15mm, troca de ponteiras,	Serviço de reforma em geral de conjunto de refeitório, com troca de compensado com fórmica de 15mm, troca de ponteiras, troca de parafusos de 1/4 e pintura em esmalte sintético.	UND	100		
70	18254 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE DUAS PISTAS (RAMPAS) DE SKATE COM A TROCA DE COMPENSADO DE 15MM, TROCA DE REBITES POP DE	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE DUAS PISTAS (RAMPAS) DE SKATE COM A TROCA DE COMPENSADO DE 15MM, TROCA DE REBITES POP DE $\frac{1}{4}$ , TROCA DE CANTONEIRA $\frac{3}{4}$ E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO EM GERAL	SV	1		
71	23025 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ESCORREGADOR	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ESCORREGADOR COM PINTURA EM ESMALTE EM GERAL.	SV	1		
72	16313 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ESTANTE - em aço, dimensões: 2,2x1x0,40 m	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ESTANTE - em aço, dimensões: 2,2x1x0,40 m	SV	30		
73	15752 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ESTRUTURA METÁLICA (TOLDO)	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE ESTRUTURA METÁLICA (TOLDO) - com a troca da lona plástica, troca de parafusos de 1/4, serviço de solda e pintura em esmalte sintético em geral. Tamanho: 5.00 x 5.00	UND	2		
74	23023 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE GANGORRA DE TRÊS PRANCHAS	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE GANGORRA DE TRÊS PRANCHAS COM A TROCA DO EIXO CENTRAL, SOLDA E PINTURA EM ESMALTE.	SV	1		
75	16315 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE MACA - dimensões: 1,80x0,70 m	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE MACA - dimensões: 1,80x0,70 m	SV	40		



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

76	3909 - Serviço de reforma em geral de mesas da feira livre com troca de metalon galvanizado 50x30, tubo patente de 1", tubo pat	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE MESAS DA FEIRA LIVRE COM TROCA DE METALON GALVONIZADO 50X30, TUBO PATENTE DE 1", TUBO PATENTE DE 3/4, TUBO PATENTE DE 1/2, REBITE POP 1/4, TROCA DE LONA PLÁSTICA E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO.	UND	40		
77	16113 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL EM CADEIRA LONGARINA TRÊS LUGARES	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL EM CADEIRA LONGARINA TRÊS LUGARES - SOLDA E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO	UND	65		
78	16114 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL EM CADEIRA ÚNICA FIXA	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL EM CADEIRA ÚNICA FIXA - SOLDA E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO	UND	100		
79	16115 - SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL EM CADEIRA ÚNICA GIRATÓRIA	SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL EM CADEIRA ÚNICA GIRATÓRIA - SOLDA E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO	UND	140		
80	15625 - SERVIÇO DE REFORMA EM MESA DE REFEITÓRIO	SERVIÇO DE REFORMA EM MESA DE REFEITÓRIO - com assento acoplado em madeira e metalon 50x50 compensado de 15mm.	UND	135		
81	16171 - Serviço de reforma geral de portão articulado de ferro com pintura em esmalte sintético, medindo 1,58x1,92m	Serviço de reforma geral de portão articulado de ferro com pintura em esmalte sintético, medindo 1,58x1,92m	UND	1		
82	15582 - SERVIÇO DE REFORMA GERAL DE TRAVE P/ FUTSAL	SERVIÇO DE REFORMA GERAL DE TRAVE P/ FUTSAL - com troca de arame 5.0 e pintura	UND	10		
83	15584 - SERVIÇO DE REFORMA GERAL DOS ALAMBRADOS DO CAMPO SOCIETY DA ORLA SALOMÃO BRITO	SERVIÇO DE REFORMA GERAL DOS ALAMBRADOS DO CAMPO SOCIETY DA ORLA SALOMÃO BRITO - 114 x 4 m	UND	1		
84	15586 - SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO DE PORTAS DE FERRO	SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO DE PORTAS DE FERRO - com troca de metalon galvanizado 50x30, troca de chapa de lambril, troca de fechadura e pintura. tam. 0,80 x 2,10	UND	35		

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme descrições constantes neste documento.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

**1.7. O lance mínimo entre lances é de R\$ 10,00 (dez reais).**

**2.0. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objeto deste termo tem a finalidade de atender as necessidades da prefeitura, secretarias e fundos municipais que estão no planejamento da(s) secretaria(s) demandante(s).

2.2. Os serviços de artefatos de aço e ferro para confecção, manutenção, reforma, fabricação, restauração, pintura para dar segurança aos prédios públicos da Administração em geral, para atender as obras que estão sendo realizadas no Município, substituir as peças já danificadas pelo tempo como as traves dos campos e quadras de esporte, a confecção de brinquedos para serem instalados nas escolas, creches, praças públicas e produtos e equipamentos para o Município.

2.3. Visando à obtenção de preços mais vantajosos por economia de escala, bem como a simplificação das atividades de gestão e fiscalização contratuais, entende-se como melhor estratégia a contratação por item.

2.4. Do quantitativo demandado:

2.4.1. A Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco/SE não estará obrigada a contratar os quantitativos totais dispostos neste Termo de Referência, devendo realizar o serviço de acordo com a necessidade.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

**3.0. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO**

3.1. O prazo de garantia contratual, em caso dos serviços prestados, é de, no mínimo, 06 (seis) meses para manutenção e de 01 (um) ano para fabricação, ou pelo prazo fornecido pelo contratado, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais e/ou equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos serviços (bens) pelo próprio Contratado.

3.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos serviços (bens), compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.5. Os serviços que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas ou corrigidas.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

3.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos serviços (bens) que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de retirada do material e/ou equipamento das dependências da Administração pelo Contratado.

3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar serviço (material e/ou equipamento) equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido.

3.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos materiais e/ou equipamentos.

3.10. O custo referente ao transporte dos materiais e/ou equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.12. O contratado deverá retirar, quando manutenção, entregar e instalar os serviços (materiais e/ou equipamentos) no município, conforme solicitação da Contratante mediante Ordem de Serviços.

#### **4.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se descrita neste Termo de Referência.

#### **5.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade:**

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidas todas as normas que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

##### **Subcontratação**

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

### **Garantia da contratação**

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, de forma PARCELADA, conforme necessidade da secretaria demandante, contados do recebimento da Ordem de Serviços, expedida pela Autoridade Competente.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e/ou equipamento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

### **Gestor do Contrato**

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.8.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

8.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 03 (três) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

8.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1. o prazo de validade;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

8.2.3.2. a data da emissão;

8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.3.5. o valor a pagar; e

8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.

### **Prazo de pagamento**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

8.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.2.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9.0. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DO SERVIÇO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Forma do Serviço**

9.2. O serviço do objeto será realizado conforme Ordem de serviços.

#### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.4.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.4.9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.4.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.6. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

### **Qualificação Técnica**

9.7. Comprovação de aptidão para o serviço em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.7.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.7.3. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

9.7.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.7.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.7.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.7.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.7.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.7.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.7.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **10.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **11.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa da **Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco/SE**, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de serviço, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente, sendo desnecessária sua informação em face de se tratar de Sistema de Registro de Preços.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA**  
**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE**

**OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Através desta, apresento a presente proposta comercial, visando à plena e eficaz execução do objeto licitado, como segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNT	V.TOTAL
1					
2					

**VALOR PARA A INTEGRAL E PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO: R\$** \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), estando inclusas todas as despesas relacionadas direta e indiretamente com a respectiva execução contratual, tais como os tributos incidentes e demais despesas.

**PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / VIGÊNCIA CONTRATUAL:** Conforme edital.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** Conforme edital.

**DECLARO** ter pleno conhecimento das condições do serviço a ser contratado, bem como total conhecimento do edital e seus anexos, se submetendo e aceitando todos os seus termos;

**DECLARO** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**DECLARO** que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos;

**DECLARO** que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

**DECLARO** que cumprimos a cota de aprendizagem de que trata o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

**DECLARO** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de de 2024.

Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_  
Agência: \_\_\_\_\_  
Conta Corrente: \_\_\_\_\_

**ASSINATURA**

Representante Legal: \_\_\_\_\_  
RG nº. \_\_\_\_\_ CPF nº. \_\_\_\_\_





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

**ANEXO III**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE**, com sede na xxxxxxxx, xxxx, Centro, inscrita no CNPJ(MF) nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por o Prefeito Municipal, o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Centro, nesta cidade, neste ato designado **Órgão Gerenciador**;

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE**, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de XXXXXX/SE, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ sob o Nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, neste ato denominado **Órgão Participante**; e

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO /SE**, com sede na XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX/SE, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ sob o Nº XXXXXXXX, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Srª XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira, neste ato denominado **Órgão Participante**, e;

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO /SE**, com sede na XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX/SE, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ sob o Nº XXXXXXXX, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira, neste ato denominado **Órgão Participante**, e;

A empresa (NOME), CNPJ nº (Nº), sediada na (ENDEREÇO), a seguir denominada **FORNECEDORA**, neste ato representada por (REPRESENTANTE),

Sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com o Pregão Eletrônico nº XXX/2024, mediante cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

## **1.0. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro formal de preços para a contratação de empresa com especialidade em prestação de serviços de **artefatos de aço e ferro** para atender as necessidades do **Município de Canindé de São Francisco/SE**, conforme especificações e quantidades discriminadas no ANEXO I – Termo de Referência do edital e demais anexos.

## **2.0. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s), conforme **Anexo I**:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

**3.0. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS**

3.1. O prazo de garantia contratual, em caso dos serviços prestados, é de, no mínimo, 06 (seis) meses para manutenção e de 01 (um) ano para fabricação, ou pelo prazo fornecido pelo contratado, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais e/ou equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos serviços (bens) pelo próprio Contratado.

3.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos serviços (bens), compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.5. Os serviços que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas ou corrigidas.

3.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos serviços (bens) que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de retirada do material e/ou equipamento das dependências da Administração pelo Contratado.

3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar serviço (material e/ou equipamento) equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido.

3.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos materiais e/ou equipamentos.

3.10. O custo referente ao transporte dos materiais e/ou equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.12. O contratado deverá retirar, quando manutenção, entregar e instalar os serviços (materiais e/ou equipamentos) no município, conforme solicitação da Contratante mediante Ordem de



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

Serviços.

#### **4.0. DO PRAZO PARA ENTREGA DO SERVIÇO**

4.1. O prazo dos serviços será conforme Ordem de Serviços, expedida pela Autoridade Competente.

#### **5.0. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5.1. O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**.

5.2. O objeto licitado atenderá a demanda dos seguintes órgãos:

5.2.1. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE – CNPJ: 13.120.225/0001-23.

5.2.2. **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 10.441.233/0001-83, Secretaria Municipal de Inclusão, Trabalho e Desenvolvimento Social//Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 14.894.574/0001-65 e Secretaria Municipal de Educação CNPJ nº 30.815.352/0001-66.

#### **6.0. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

6.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

6.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

6.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

6.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

6.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3. pós a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5. O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

**Dos limites para as adesões**

6.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.6.1. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

6.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**7.0. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

7.4.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.4.2. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

7.4.2.1. **Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:**

7.4.2.2. Aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.4.2.3. Mantiverem sua proposta original.

7.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.4.4. O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 7.4.4. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

7.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

7.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

7.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 7.7, observando o item 7.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**7.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:**

7.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **8.0. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:**

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **9.0. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.7.

9.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2 e no item 9.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

9.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **10.0. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou às entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

10.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

10.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

10.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

#### **11.0. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

11.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.4.1. Por razão de interesse público;

11.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **12.0. DAS PENALIDADES**

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**13.0. CONDIÇÕES GERAIS**

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

13.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, foi assinada pelas partes.

Canindé de São Francisco, XX de XXXXXXXXXXXX de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE**  
Prefeito Municipal  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**FORNECEDOR REGISTRADO**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**

---

**Anexo I**
